
THE

EDITORIAL

COLLECTION

HOTELS

**Plano de Prevenção de Riscos de
Corrupção e Infrações Conexas**

junho de 2023

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Introdução

Na sequência da aprovação da Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024, foi instituído, através do Decreto-Lei n.º 109-E/2021 de 09 de dezembro (doravante DL 109-E/2021), o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (“RGPC”).

Em cumprimento do referido diploma, e pautando a sua atividade por elevados padrões de responsabilidade e ética profissionais, regendo-se pelos princípios da integridade, transparência, honestidade, lealdade, rigor e boa-fé, a The Editory Collection Hotels, S.A. (doravante abreviadamente designada “The Editory” ou “Sociedade”), elaborou o presente Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (doravante designado por “PPR”), o qual abrange toda a sua organização e atividade, devendo o conceito The Editory ou Sociedade ser doravante interpretado como referência às sociedades, direta ou indiretamente, suas participadas, e tem como principais enfoques:

- a) A identificação, análise e classificação dos riscos e das situações que possam expor a Sociedade a atos de corrupção e infrações conexas, considerando o sector de atividade e geografias em que atua;
- b) A adoção de medidas preventivas e corretivas que permitam reduzir a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos e situações identificados.

O presente PPR resulta, assim, de uma análise à atividade e respetivos processos das entidades que integram o Grupo The Editory, com destaque para os riscos e controlos existentes ao nível da corrupção e infrações conexas, tendo sido delineado um conjunto de oportunidades de melhoria com o objetivo de reforçar o sistema de controlo interno já existente da Sociedade.

Nesse sentido, o presente PPR foi elaborado em função dos seguintes três grandes tópicos:

- I. Caracterização da Sociedade;
- II. Identificação e avaliação dos riscos de corrupção e infrações conexas e respetivas medidas de controlo preventivas e corretivas;
- III. Aplicação e monitorização do PPR.

ÍNDICE

- I. CARACTERIZAÇÃO DA SOCIEDADE
 - A. IDENTIDADE
 - B. ESTRATÉGIA & PORTEFOLIO
 - C. GOVERNO

- II. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE CONTROLO PREVENTIVAS E CORRETIVAS
 - A. METODOLOGIA
 - B. PROCESSO DE GESTÃO DE RISCO
 - C. MATRIZ DE RISCO
 - D. OPÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCO
 - E. IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS E FATORES DE RISCO
 - F. AVALIAÇÃO DE RISCO
 - G. MEDIDAS DE CONTROLO
 - H. IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE GESTÃO DE RISCO

- III. APLICAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PRR

- IV. ANEXO – Mapa de avaliação de Risco

I.

CARACTERIZAÇÃO DA SOCIEDADE

A. IDENTIDADE

QUEM SOMOS

O Grupo The Editory atua no setor hoteleiro, focado na criação de hotéis que se preocupam em servir os seus clientes e proporcionando-lhes uma experiência contemporânea e um estilo de vida único.

A marca The Editory Collection Hotels assenta em 4 pilares estratégicos: Local, Arte, Sustentabilidade e Hospitalidade.

Do desenho de edifícios de sonho à recuperação de património histórico, dos princípios de hospitalidade contemporânea à integração do cenário cultural e criativo envolvente, a marca The Editory Collection Hotels é uma nova abordagem para receber e divertir hóspedes exigentes.

O Grupo The Editory é composto por hotéis com atmosferas desenhadas para diferentes estados de espírito e diferentes estados de vida, que respiram a alma local em cada um dos seus ambientes.

Cada hotel The Editory é único, com um ambiente distinto. Hotéis onde todos os elementos refletem a vida e a singularidade do destino onde se encontram, com experiências que se fundem com o espaço envolvente.

B. ESTRATÉGIA & PORTEFOLIO

PILARES ESTRATÉGICOS

SOMOS LOCAL

Espaços inspirados nos locais e nas suas pessoas. Não estamos apenas na comunidade. Compramos, acrescentamos valor, participamos, contribuímos, desenvolvemos, fazemos parte e integramos o nosso convidado.

SOMOS SUSTENTABILIDADE

A consciência de que somos todos peças de um puzzle que se chama planeta. Regenerar os hábitos, reordenar as decisões, reaproveitar as soluções, redimensionar as ambições, reciclar opiniões ou reajustar os prismas da eficiência e da sustentabilidade.

SOMOS ARTE

Enquadrar o mundo com um olhar artístico, a arte estará sempre presente, seja pela representação liberal da arte ou, simbolicamente, em tudo o que fazemos. Damos à banalidade uma perspetiva totalmente diferente.

SOMOS HOSPITALIDADE

Ser hospitaleiro é uma coisa muito nossa, muito portuguesa. A extraordinária interação humana é um exclusivo The Editory. Nenhuma outra equipa será capaz de o fazer sentir tão especial.

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

O nosso portefólio



C. GOVERNO

A The Editory assegura que o governo societário assenta em valores de sustentabilidade e compromisso total com a transparência, que estão presentes em todo o seu portefólio, através de mecanismos flexíveis que permitem uma tomada de decisão rápida e uma supervisão eficaz, nomeadamente, ao nível da monitorização de riscos.

A The Editory adota um Modelo de Governo no qual a estrutura de administração é atribuída ao Conselho de Administração e a estrutura de fiscalização é atribuída ao Revisor Oficial de Contas.

Administração

O Conselho de Administração é o órgão responsável por gerir os negócios da Sociedade, praticar todos os atos de administração relativos ao objeto social, determinar a orientação estratégica da The Editory e gestão de riscos.

Fiscalização

O Revisor Oficial de Contas é responsável pela supervisão da gestão da Sociedade, nomeadamente através da verificação da adequação das demonstrações financeiras, da supervisão da eficiência do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno da função de auditoria interna.

Financiamento e mercados financeiros

Definição e implementação de estratégias e políticas de gestão financeira, garantindo uma visão integrada e transversal das necessidades da The Editory e assegurando a relação com os mercados de dívida e bancários. É, também, responsável pela gestão dos riscos financeiros e pela elaboração e acompanhamento do plano financeiro.

Planeamento e Controlo de Gestão

Apoio ao desenvolvimento da estratégia dos negócios, coordenação dos processos anuais de Planeamento Estratégico e de orçamento da The Editory e realização do controlo relativo à sua execução. Desafio aos negócios quanto aos objetivos a que se propõem, de modo a melhorar e otimizar de forma continuada a sua eficiência, desempenho e resultados. Reporte de informação consolidada ao Conselho de Administração.

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Reporting, tesouraria e Assessoria Fiscal

Otimização dos fluxos financeiros da The Editory, através da gestão eficiente das entidades externas, nomeadamente clientes, fornecedores e Banca, garantindo a existência de um modelo de gestão contabilística que assegure a integridade e disponibilidade da informação contabilística, financeira e da situação patrimonial de toda a organização através de um sistema integrado.

Recursos Humanos

Definição e implementação da estratégia e políticas de recursos humanos da The Editory. Planeamento e gestão do talento e carreiras dos gestores de topo, nos termos aprovados pelo Conselho de Administração. Definição e gestão da *Employer Value Proposition*, reforço de cultura e identidade, bem como a comunicação interna. Apoio aos negócios e às operações de M&A.

Legal

Prestação de apoio jurídico, garantindo a defesa dos interesses da The Editory e promovendo de forma integrada e transversal a estratégia definida pelo Conselho de Administração e a gestão legal da política do Governo das Sociedades, no suporte ao cumprimento das melhores práticas. Cabe-lhe, ainda, a responsabilidade da elaboração e análise de contratos que permitam maximizar a segurança e reduzir riscos legais e custos potenciais, a gestão de contencioso e o apoio legal nas operações nacionais e internacionais dos negócios do portefólio.

Sistemas e tecnologias de informação

Atestar o alinhamento dos Sistemas de Informação com a estratégia da The Editory, criando valor através da disponibilização de soluções que promovam a eficácia, eficiência e inovação dos processos.

Auditoria Interna

Definição e execução das atividades de Auditoria Interna, avaliando de forma sistemática e independente as atividades da The Editory, com o objetivo de garantir a eficácia dos sistemas e processos de gestão e de controlo interno.

Gestão de Risco

Apoio ao Conselho de Administração na identificação, modelização e acompanhamento dos riscos da The Editory, com o objetivo de garantir o seu controlo e mitigação, bem como, possibilitar a inclusão da dimensão do risco nas decisões estratégicas e operacionais.

Sustentabilidade

Definição e implementação da estratégia de sustentabilidade, assente no eixo ambiental, das pessoas e da comunidade.

Serviços Partilhados

Os Serviços Partilhados incluem atividades de processamento, assegurando ganhos de escala. A definição e implementação de processos surge como forma privilegiada de promover a eficiência, prestando serviços de carácter transversal às sociedades do Grupo The Editory, sendo de destacar as seguintes funções:

- Contas a receber e Contas a pagar;

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

- Serviços e Sistemas de Recursos Humanos;
- Legal;
- Atividades de suporte IT/IS;
- Compras.

II.

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS E RESPETIVAS MEDIDAS DE CONTROLO PREVENTIVAS E CORRETIVAS

A. METODOLOGIA

A gestão de risco é uma das componentes centrais da cultura da The Editory e um pilar do Governo da Sociedade e encontra-se presente em todos os processos de gestão, sendo uma responsabilidade de todos os colaboradores, nos diferentes níveis da organização.

Uma adequada gestão dos riscos permite potenciar as oportunidades de negócio, mantendo os riscos em níveis de aceitação e controlo definidos e, assim, melhorar a capacidade de gerar valor.

A The Editory adota a *Enterprise Wide Risk Management (EWRM)*, uma estrutura abrangente que apoia e integra a gestão de riscos em todo o portefólio e avalia todos os riscos, tanto ao nível da Sociedade, quanto ao nível das suas participadas. Como parte dessa estrutura, as nossas políticas e processos de gestão de riscos são regularmente revistas e ajustadas.

A função de gestão de risco é complementada, na The Editory, pela participação no **Grupo Consultivo de Gestão de Risco**, onde estão presentes todas as empresas do universo Efanor. O Grupo Consultivo reúne trimestralmente e tem como principais responsabilidades rever as políticas existentes em matéria de Gestão de Risco e propor novas diretrizes na matéria, monitorizar as atividades de Gestão de Risco, nomeadamente através da revisão periódica de relatórios, propondo recomendações, recomendar a aquisição, desenvolvimento e implementação de novos sistemas e metodologias de gestão de risco para o Grupo e, por fim, promover conhecimento especializado em matéria de gestão de risco.

B. Processo de Gestão de Risco

O Processo de gestão de risco da The Editory apoia-se numa metodologia uniforme e sistemática que tem por base o padrão *Internacional Enterprise Risk Management – Integrated Framework*, do COSO (*The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e compreende, nomeadamente, a:

- Definição do enfoque de gestão de risco: execução de um dicionário de riscos, definição de uma matriz de risco do negócio e de uma linguagem comum;
- Identificação e sistematização dos riscos que podem afetar a organização e cada um dos seus negócios e a nomeação de *owners* do risco, a quem cabe a responsabilidade de monitorizar a sua evolução;

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

- Avaliação e atribuição de grau de criticidade e prioridade aos riscos, em função do grau de impacto nos objetivos de negócio e probabilidade de ocorrência;
- Identificação das causas dos riscos e indicadores para medição desses mesmos riscos;
- Avaliação das estratégias de gestão de risco, nomeadamente aceitar, evitar, mitigar ou transferir;
- Desenvolvimento e implementação de planos de ação de gestão de risco e sua integração nos processos de planeamento e de gestão das unidades e das funções dos negócios;
- Monitorização e reporte do progresso de implementação do plano de ações e da evolução dos riscos.

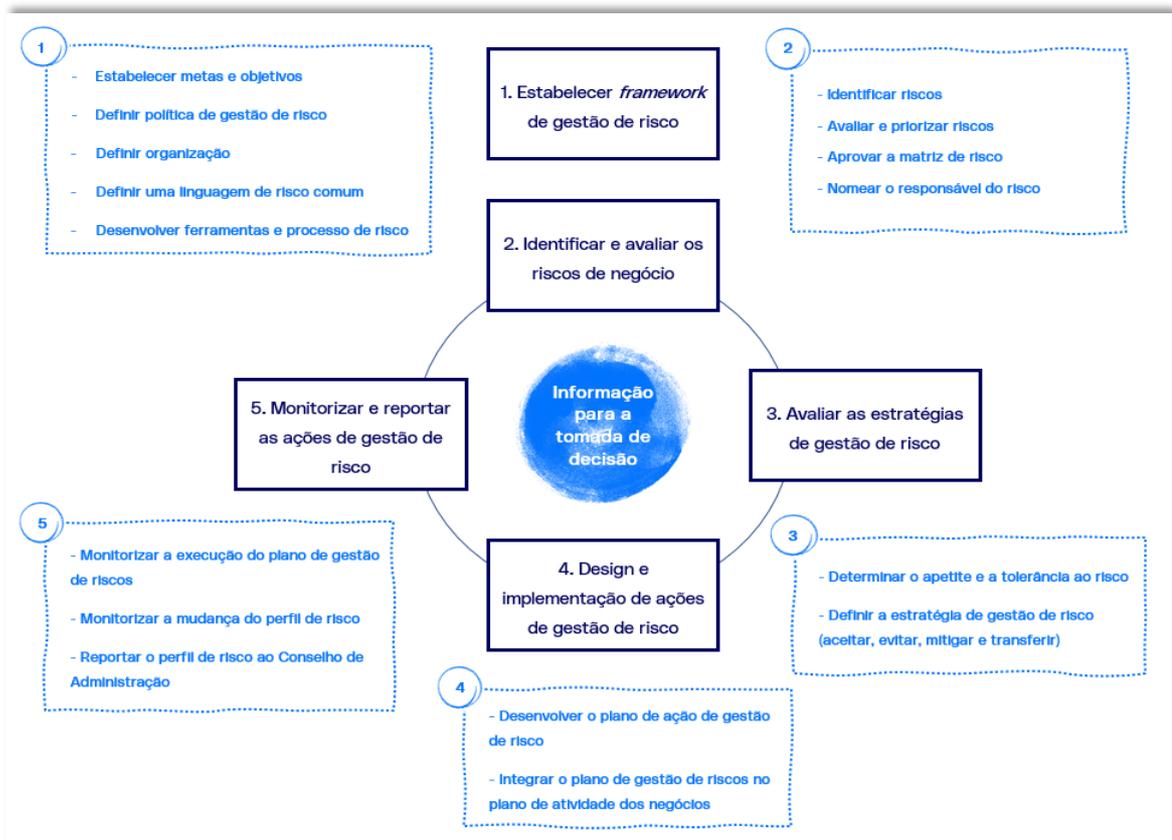


Figura 1 - Matriz de Risco da The Editory Collection Hotels, S.A

C. Matriz de Risco

A The Editory definiu uma matriz de risco, na qual combina a probabilidade de ocorrência de um evento e o seu impacto, com base numa escala pré-definida de criticidade de risco (Baixo-Médio-Alto-Crítico).

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

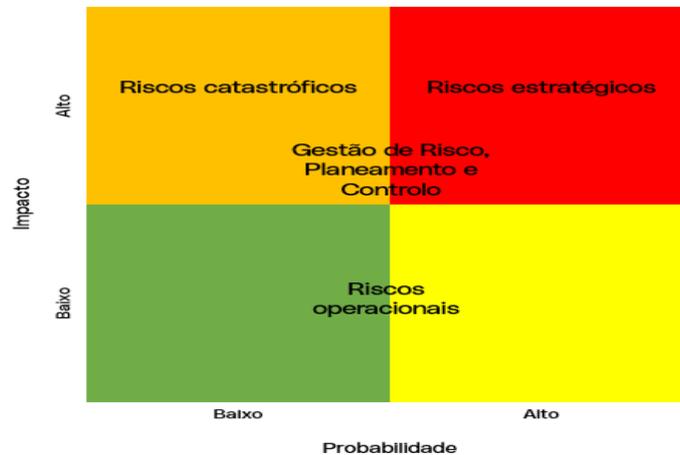


Figura 2 - Matriz de Risco da The Editory Collection Hotels, S.A.

O quadrante superior da matriz de risco, mais concretamente a área vermelha, indica riscos de alta probabilidade e alto impacto. Estes são definidos como Críticos ou Estratégicos e o tipo de controlo dominante que poderá ser aplicado nesse quadrante é do tipo preventivo.

Seguidamente, o quadrante superior esquerdo da matriz de risco, mais concretamente a área laranja, indica os riscos que são de alto impacto, mas de baixa probabilidade. Estes riscos são definidos como Altos ou Catastróficos e o tipo de resposta dominante que poderá ser aplicada neste quadrante é a transferência de risco.

Quanto ao quadrante inferior direito da matriz, mais concretamente a área amarela, este indica os riscos que são de alta probabilidade, mas de baixo impacto. Estes riscos são definidos como Médios ou Operacionais e o tipo de controlo dominante suscetível de ser aplicado neste quadrante é o corretivo.

Por último, o quadrante inferior esquerdo da matriz, mais concretamente a área verde, indica os riscos que são de baixa probabilidade e baixo impacto. Estes riscos são definidos como Baixos e também como Operacionais e o tipo dominante de controlo que provavelmente poderá ser aplicado neste quadrante é o detetivo.

Os critérios para avaliação do risco são:

Escala		Probabilidade	Escala		Impacto	Escala		Risco
Muito pouco provável	Uma vez a cada ciclo de 3 anos	X	Impacto Baixo	Até 0,01% do volume de negócio	=	Baixo	Eventos muito pouco prováveis associado a impactos baixos	
Pouco provável	Uma vez a cada ciclo de 2 anos		Impacto Médio	Até 0,1% do volume de negócio		Médio	Eventos prováveis de baixo impacto	
Provável	Uma vez a cada ciclo de 1 ano		Impacto Alto	Até 1% do volume de negócio		Alto	Eventos pouco prováveis de alto impacto	
Muito provável	Várias vezes durante o ano		Impacto Crítico	Até 10% do volume de negócio		Crítico	Eventos muito prováveis de alto impacto	

Tabela 1 - Critérios de Risco da Matriz de Risco da The Editory Collection Hotels, S.A.

D. Opções de Tratamento de Risco

Existem quatro opções disponíveis para o tratamento de risco:

- *Evitar* – Alguns riscos só poderão ser geridos, ou mantidos dentro de níveis aceitáveis, com o término ou evasão da atividade (e.g. adquirir uma nova empresa, suspender a entrada de um novo serviço);

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

- *Mitigar* – De longe, o maior número de riscos será tratado desta forma. O objetivo da mitigação é que continuando dentro da organização com a atividade que deu origem ao risco, a ação (controle) deverá ser tomada para conter o risco a um nível aceitável;
- *Transferir* – Para alguns riscos, a melhor resposta poderá ser transferi-los. Isso poderá ser feito através de um seguro convencional ou pagamento a um terceiro para assumir o risco. Esta opção é particularmente adequada para mitigar riscos financeiros ou de ativos/valores (e.g. *Outsourcing, hedging*);
- *Aceitar* – A exposição poderá ser aceite sem que nenhuma ação adicional seja tomada. Mesmo que não seja tolerável, a capacidade de fazer algo sobre alguns dos riscos poderá ser limitada, ou o custo de tomar qualquer ação pode ser desproporcional ao benefício potencial obtido.

E. Identificação de Áreas e Fatores de Risco

No pressuposto incontornável de que todas as organizações, no exercício da sua atividade, assumem riscos inerentes e indissociáveis dessas mesmas atividades realizadas e dos serviços prestados, uma adequada e organizada gestão do risco ao nível das atividades principais ou ao nível de funções e departamentos permite identificar e prevenir atempadamente comportamentos/situações com potencial danoso, muitas vezes suscetível de impactar negativamente os resultados e a missão dessas organizações.

Por conseguinte, após a aplicação da metodologia descrita no capítulo anterior, foram mapeados pela Sociedade os principais processos/áreas suscetíveis de envolver a ocorrência de fenómenos corruptivos e práticas conexas:

- Acesso a informação privilegiada;
- Aquisição e licenciamento de bens imóveis;
- Aquisição e licenciamento de bens móveis;
- Auditoria Interna;
- Contratação de serviços / compra de produtos;
- Gestão de contas a receber;
- Gestão de contas a pagar;
- Gestão de contencioso legal e fiscal;
- Gestão de imobilizado;
- Gestão de relações institucionais;
- Incentivos;
- Recursos Humanos (Recrutamento e seleção);
- Recursos Humanos (Avaliação de desempenho);
- Recursos Humanos (Processamento de salários, despesas e abonos);
- Reporte financeiro; e
- Vendas, fusões e aquisições de sociedades.

Após análise das 16 áreas de atividade/processos suprarreferidos, foram identificados 8 riscos (fontes de risco):

- Fraude na obtenção de subsídio ou subvenção
- Utilização/ Divulgação de informação privilegiada/confidencial
- Favorecimento de entidades externas (corrupção ativa)
- Aquisição de bens/serviços desnecessários
- Pagamentos indevidos
- Recebimentos indevidos
- Atribuição de benefícios em troca de vantagens/benefícios (corrupção passiva), e

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

- Falta de isenção e imparcialidade

F. Avaliação de Risco

Tendo em consideração os principais processos/áreas suscetíveis de envolver a ocorrência de fenómenos de corrupção e práticas conexas e os principais fatores de risco, foi realizada a avaliação do nível de criticidade de cada risco tendo em consideração a sua classificação em termos de probabilidade de ocorrência e o seu impacto. A avaliação foi realizada considerando:

- O risco inerente (risco antes da aplicação de qualquer tipo de controlo)
- O nível de controlo existente na organização (medidas preventivas, corretivas, diretivas e detetivas existentes), e
- O risco residual (risco após aplicação dos controlos existentes na organização)

Da avaliação de risco nas 16 áreas/processos e os 8 riscos, foram identificados 36 fatores de riscos entre os quais destacamos os seguintes resultados:

- 1 (3%) **risco inerente** crítico, 12 (33%) altos, 3 (8%) médios e 20 (56%) baixos
- 32 (86%) dos processos têm um **nível de controlo** 'total' ou parcial', e
- Tendo em consideração a avaliação do **risco residual**, verifica-se que o único risco crítico diminui a sua criticidade e os riscos altos diminuíram de 12 para 4.

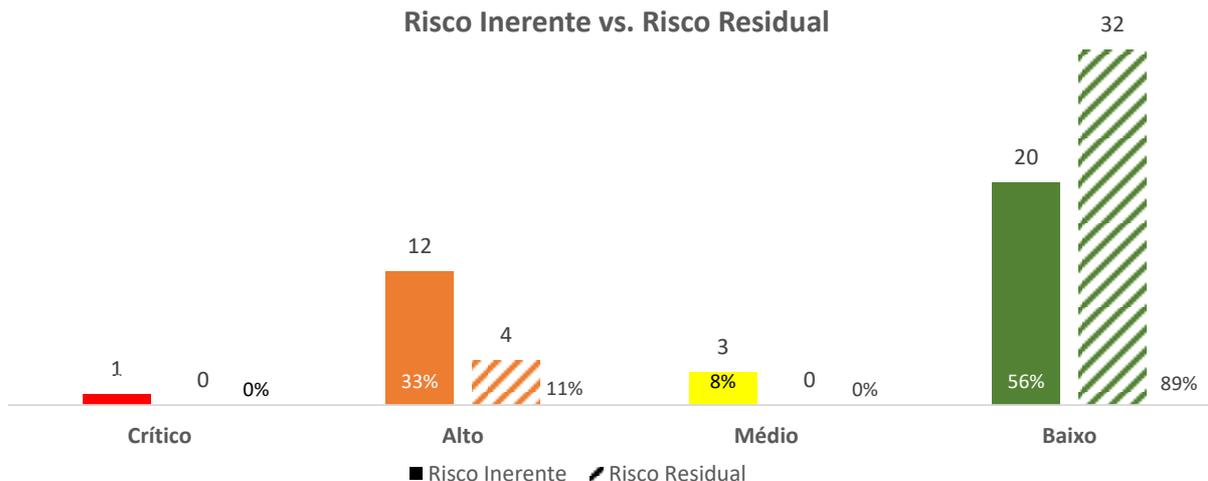


Figura 3 – Risco Inerente vs. Risco Residual por nível de risco

O resultado da avaliação de risco residual das 16 áreas/processos analisados, evidenciam o elevado nível de controlo implementado pela organização. Para ver o detalhe dos resultados da avaliação ver o Anexo I.

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

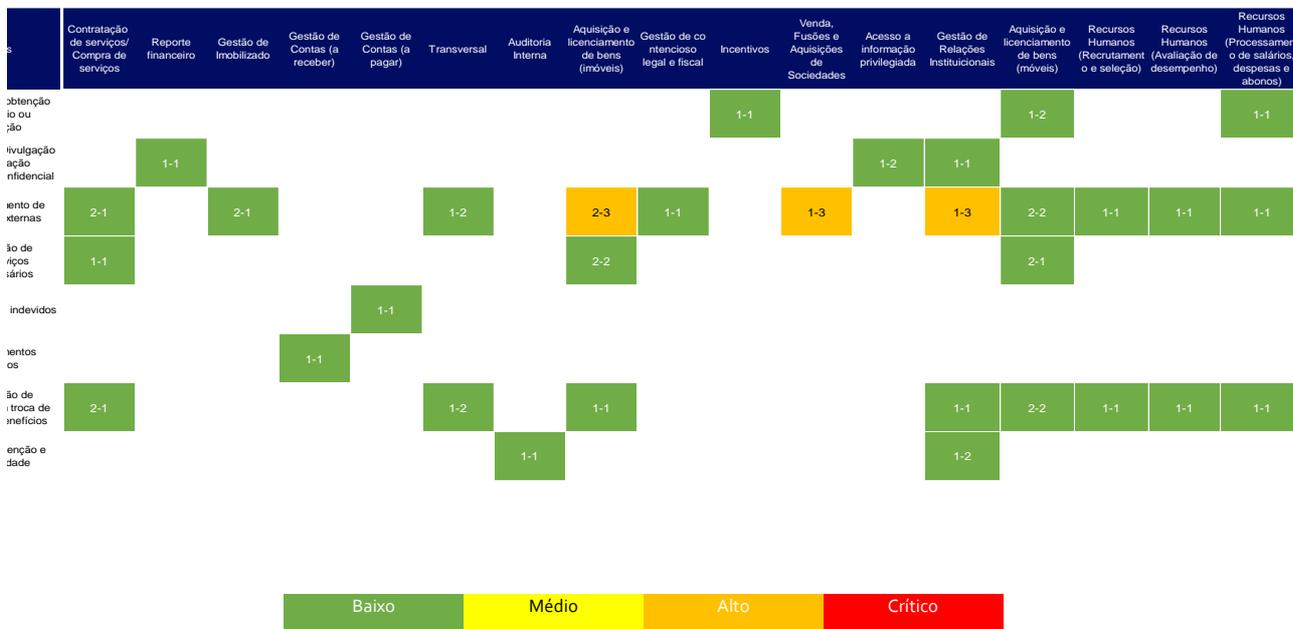


Figura 4 – Risco Residual por nível de criticidade (probabilidade - impacto)

Relativamente aos riscos inerentes identificados como críticos, são aplicadas medidas de prevenção mais exaustivas, sendo prioritária a respetiva execução.

G. Medidas de controlo

De forma a mitigar os riscos de corrupção e infrações conexas identificados, a The Editory adotou e implementou um conjunto de controlos transversais, maioritariamente preventivos e corretivos, aplicáveis a todos os processos de todas as áreas de negócio, entre as quais destacamos:

- Código de Conduta
- Regulamento de Comunicação de Infrações
- Política para a Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas
- Controlos funcionais dos processos
- Controlos gerais dos sistemas informáticos e de controlos aplicativos
- Controlo de acessos restrito/limitado apenas a indivíduos autorizados
- Existência de segregação adequada de funções, principalmente entre os níveis de processamento e autorização/aprovação
- Sistema de conferência, aprovação e autorização
- Registo de atividades através de processos de *audit trail*
- Políticas, manuais, normas e procedimentos
- Formação ministrada aos principais *stakeholders* do processo de forma a garantir a respetiva compreensão dos procedimentos
- Supervisão e monitorização contínua dos processos para garantir o cumprimento dos procedimentos
- Vinculação dos *stakeholders*, por via de contrato, ao cumprimento das suas responsabilidades em matéria de corrupção e infrações conexas, e
- Identificação e avaliação da eficácia e eficiência da gestão e do controlo dos riscos identificados através das equipas de auditoria interna

H. Implementação de ações de gestão de risco

Durante o processo de avaliação de risco foi identificado um plano de ação com um conjunto de medidas que visam melhorar/aumentar o nível de controlo nos principais processos/áreas suscetíveis de envolver a ocorrência de fenómenos de corrupção e práticas conexas.

III.

APLICAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO PPR

Procedeu-se à nomeação, para todo o Grupo The Editory, de um Responsável pelo Cumprimento Normativo (“RCN”) com vista à monitorização e controlo da execução do Programa de Cumprimento Normativo bem como da sua revisão, sem prejuízo das competências legalmente conferidas a outros órgãos ou Colaboradores(as) da Sociedade. A atualização das atividades, riscos inerentes e residuais e respetivas medidas de controlo são da responsabilidade do RCN.

O cargo de Responsável pelo Cumprimento Normativo é exercido por um elemento da direção superior da Sociedade, neste caso um Administrador que integra o Conselho de Administração da Sociedade. No âmbito das respetivas funções, o RCN dispõe de acesso à informação interna e aos recursos técnicos e humanos necessários, dispondo de autoridade para solicitar informações dos diversos departamentos da empresa atuando com independência e autonomia decisórias.

O RCN presta igualmente todos os esclarecimentos necessários sobre a aplicação da Política Anticorrupção e promove a realização de auditorias internas regulares com vista à avaliação do cumprimento da mesma.

A periodicidade para o acompanhamento do PPR rege-se pelos seguintes marcos temporais:

- a) Preparação, no mês de outubro, de relatório de avaliação intercalar nas situações identificadas de risco elevados ou críticos;
- b) Elaboração, no mês de abril do ano seguinte a que respeita a execução, de relatório de avaliação anual, contendo nomeadamente a quantificação do grau de implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas, bem como a previsão da sua plena implementação.

O PPR é revisto a cada três anos ou sempre que se opere uma alteração nas atribuições ou na estrutura orgânica ou societária da The Editory que justifique a revisão dos riscos e das situações que possam expor a entidade a atos de corrupção e infrações conexas ou das medidas preventivas e corretivas que permitem mitigar os mesmos.

IV.

ANEXO

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Área/ processo	Fator de Risco	Risco	P	I	Risco Inerente	Nível de controlo	P	I	Risco Residual	Medidas Preventivas e Corretivas
Acesso a informação privilegiada	2. Utilização/ Divulgação de informação privilegiada/confidencial	Utilização/divulgação de informação privilegiada e/ou confidencial em detrimento/benefício de interesses específicos ou para benefício próprio ou de terceiro através de: - Omissão/manipulação de informação; - Aproveitamento ilícito de informação confidencial/privilegiada	2	4	Alto	Parcial	1	3	Alto	- Normas consignadas no Código de Conduta; - Política para a prevenção da corrupção e infrações conexas; - Regulamento de comunicação de infrações; - Sensibilização de todos os colaboradores relativamente à confidencialidade da informação/dados a que os mesmos têm acesso.
	3. Favorecimento de entidades externas	Aceitação de favorecimento por parte de entidades externas em troca de concessão de vantagens ou benefícios: - Favorecimento ilícito na escolha de potenciais "fornecedores"	4	3	Crítico	Parcial	3	2	Médio	- Normas consignadas no Código de Conduta;
Aquisição e licenciamento de bens (imóveis)	4. Aquisição de bens/serviços desnecessários	Aquisição de serviços que excedem as necessidades reais ou com preços sobredimensionados em contrapartida de um benefício/vantagem	2	1	Baixo	Limitado	2	1	Baixo	- Política para a prevenção da corrupção e infrações conexas; - Regulamento de comunicação de infrações.
	7. Atribuição de benefícios em troca de vantagens/benefícios	Atribuição (ou promessa de atribuição) de benefícios (pecuniários ou não) em troca da atribuição de vantagens ou benefícios	3	2	Médio	Parcial	2	1	Baixo	
Aquisição e licenciamento de bens (móveis)	1. Fraude na obtenção de subsídio ou subvenção	Fraude na obtenção de subsídio ou subvenção	1	2	Baixo	Limitado	1	2	Baixo	
	3. Favorecimento de entidades externas	Aceitação de favorecimento por parte de entidades externas em troca de concessão de vantagens ou benefícios: - Favorecimento ilícito na escolha de potenciais "fornecedores"	2	3	Alto	Limitado	2	2	Baixo	- Normas consignadas no Código de Conduta; - Política para a prevenção da corrupção e infrações conexas;
	4. Aquisição de bens/serviços desnecessários	Aquisição de bens ou serviços que excedem as necessidades reais ou com preços sobredimensionados por contrapartida de uma benefício/vantagem	2	1	Baixo	Limitado	2	1	Baixo	- Regulamento de comunicação de infrações.
	7. Atribuição de benefícios em troca de vantagens/benefícios	Atribuição (ou promessa de atribuição) de benefícios (pecuniários ou não) em troca da atribuição de vantagens ou benefícios	2	3	Alto	Limitado	2	2	Baixo	
Auditoria Interna	8. Falta de isenção e imparcialidade	Reporte inadequado ou incorreto na realização de auditorias, influenciados por interesses específicos que afetam a isenção e imparcialidade	1	2	Baixo	Parcial	1	1	Baixo	- A atividade da auditoria é regulada através da existência do Internal Audit Charter que estabelece a missão, âmbito, autoridade, independência, monitorização e reporte, profissionalismo dos auditores e a avaliação externa periódica da função; - Reporte funcional ao BoD que aprova o plano de atividades da AI; - Auditores internos atuam conforme as normas do IIA, incluindo o seu Código de Ética, e, também, com as normas consignadas no Código de Conduta da Sonae; - Política para a prevenção da corrupção e infrações conexas; - Regulamento de comunicação de infrações; - Aplicação do regulamento interno relativo à confidencialidade e tratamento da informação da auditoria interna; - Existência de um sistema de suporte ao ciclo de vida das auditorias onde são armazenados todos os relatórios e planos de ação, os papéis de trabalho e a documentação que suporta os findings identificados.

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Contratação de serviços/ Compra de serviços	3. Favorecimento de entidades externas	Aceitação de favorecimento por parte de entidades externas em troca de concessão de vantagens ou benefícios: - Favorecimento ilícito na escolha de potenciais "fornecedores"	3	2	Médio	Parcial	2	1	Baixo	- Normas consignadas no Código de Conduta; - Regulamento de comunicação de infrações;
	4. Aquisição de bens/serviços desnecessários	Aquisição de serviços que excedem as necessidades reais ou com preços sobredimensionados em contrapartida de uma benefício/vantagem	2	1	Baixo	Parcial	1	1	Baixo	- Política para a prevenção da corrupção e infrações conexas; - Procedimento de seleção e contratação de fornecedores de bens e serviços;
	7. Atribuição de benefícios em troca de vantagens/benefícios	Atribuição (ou promessa de atribuição) de benefícios (pecuniários ou não) em troca da atribuição de vantagens ou benefícios	3	2	Médio	Parcial	2	1	Baixo	- Procedimento de Compras Correntes de Bens e Serviços.
Gestão de Contas (a receber)	6. Recebimentos indevidos	Manipulação da atividade dos recebimentos em benefícios próprios ou de terceiros em detrimento/benefício de interesses específicos ou para benefício próprio ou de terceiro	1	2	Baixo	Total	1	1	Baixo	- Normas consignadas no Código de Conduta; - Política para a prevenção da corrupção e infrações conexas; - Regulamento de comunicação de infrações; - Testes de confrontação de documentos com o submetido no sistema; - Segregação de funções;
Gestão de Contas (a pagar)	5. Pagamentos indevidos	Realização de pagamentos indevidos em detrimento/benefício de interesses específicos ou para benefício próprio ou de terceiro	2	3	Alto	Total	1	1	Baixo	- Controlo e perfis de acesso a sistemas IT. - Normas consignadas no Código de Conduta; - Política para a prevenção da corrupção e infrações conexas; - Regulamento de comunicação de infrações; - Controlos na receção de faturas e regra das três validações (match entre nota encomenda, fatura e nota de receção); - Segregação de funções;
Gestão de Contencioso legal e fiscal	3. Favorecimento de entidades externas	Aceitação ou atribuição de benefícios em troca de concessão de vantagens e/ou favorecimento na condução de processos	3	2	Médio	Parcial	2	1	Baixo	- Controlo e perfis de acesso a sistemas IT. - Normas consignadas no Código de Conduta; - Política para a prevenção da corrupção e infrações conexas; - Regulamento de comunicação de infrações; - Equipas críticas internalizadas; - Número restrito de pessoas com acesso a informação privilegiada; - Reporte funcional e modelo de verificação da tomada de decisão; - Estatuto da Ordem dos Advogados/actividade regulada.

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Gestão de Imobilizado	3. Favorecimento de entidades externas	Aceitação de favorecimento por parte de entidades externas em troca de concessão de vantagens ou benefícios: - Favorecimento ilícito na escolha de potenciais "fornecedores"	3	2	Médio	Parcial	2	1	Baixo	- Normas consignadas no Código de Conduta; - Política para a prevenção da corrupção e infrações conexas; - Regulamento de comunicação de infrações.
	2. Utilização/ Divulgação de informação privilegiada/confidencial	Utilização/divulgação de informação privilegiada e/ou confidencial em detrimento/benefício de interesses específicos ou para benefício próprio ou de terceiro	1	2	Baixo	Parcial	1	1	Baixo	
Gestão de Relações Institucionais	3. Favorecimento de entidades externas	Aceitação de favorecimento por parte de entidades externas em troca de concessão de vantagens ou benefícios	1	4	Alto	Parcial	1	3	Alto	- Normas consignadas no Código de Conduta;
	3. Favorecimento de entidades externas	Atribuição (ou promessa de atribuição) de benefícios (pecuniários ou não) em troca de vantagens a funcionário público ou a um partido político (ou membro de um partido político) em contrapartida de: - Favorecimento num determinado negócio; - Aprovação de determinada legislação em consulta pública que impacta a Sonae; - Decisões favoráveis no que diz respeito aos setores em que a Sonae opera	2	4	Alto	Parcial	1	3	Alto	- Política para a prevenção da corrupção e infrações conexas; - Regulamento de comunicação de infrações; - Registo de Transparência do Parlamento Europeu;
	7. Atribuição de benefícios em troca de vantagens/benefícios	Atribuição (ou promessa de atribuição) de benefícios (pecuniários ou não) em troca da atribuição de vantagens ou benefícios	2	4	Alto	Parcial	1	2	Baixo	- Patrocínios e doações geridos juntamente com diferentes Áreas
	8. Falta de isenção e imparcialidade	Falta de isenção e imparcialidade na cooperação com outras entidades (públicas ou privadas), em benefício ou detrimento de interesses particulares	2	4	Alto	Parcial	1	2	Baixo	
Incentivos	1. Fraude na obtenção de subsídio ou subvenção	Fraude na obtenção de subsídio ou subvenção	1	2	Baixo	Parcial	1	1	Baixo	- Normas consignadas no Código de Conduta; - Política para a prevenção da corrupção e infrações conexas; - Regulamento de comunicação de infrações.

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Recursos Humanos (Recrutamento e seleção)	3. Favorecimento de entidades externas	Aceitação de favorecimento em troca de concessão de vantagens ou benefícios (pecuniários ou não): - Favorecimento na escolha de potenciais candidatos em benefício ou detrimento de interesses particulares - Favorecimento indevido do interessado em benefício ou detrimento de interesses particulares	2	2	Baixo	Total	1	1	Baixo	
	7. Atribuição de benefícios em troca de vantagens/benefícios	Atribuição (ou promessa de atribuição) de benefícios (pecuniários ou não) em troca da atribuição de vantagens ou benefícios	2	2	Baixo	Total	1	1	Baixo	
Recursos Humanos (Avaliação de desempenho)	3. Favorecimento de entidades externas	Aceitação de favorecimento em troca de concessão de vantagens ou benefícios (pecuniários ou não): - Favorecimento na escolha de potenciais candidatos em benefício ou detrimento de interesses particulares - Favorecimento indevido do interessado em benefício ou detrimento de interesses particulares	1	1	Baixo	Total	1	1	Baixo	- Normas consignadas no Código de Conduta; - Política para a prevenção da corrupção e infrações conexas; - Regulamento de comunicação de infrações;
	7. Atribuição de benefícios em troca de vantagens/benefícios	Atribuição (ou promessa de atribuição) de benefícios (pecuniários ou não) em troca da atribuição de vantagens ou benefícios	1	1	Baixo	Total	1	1	Baixo	- Hiring requisition - O chefe do departamento não pode fazer uma proposta de trabalho sem ter aprovação do administrador do pelouro, sendo que tem de identificar a necessidade e os argumentos que justificam a razão da contratação;
Recursos Humanos (Processamento de salários, despesas e abonos)	1. Fraude na obtenção de subsídio ou subvenção	Fraude na obtenção de subsídio ou subvenção	1	1	Baixo	Total	1	1	Baixo	- Procedimento de pagamentos manuais a colaboradores; - Política de remunerações com uma tabela anual de salários e planos de benefícios flexíveis;
	3. Favorecimento de entidades externas	Aceitação de favorecimento em troca de concessão de vantagens ou benefícios (pecuniários ou não): - Favorecimento na escolha de potenciais candidatos em benefício ou detrimento de interesses particulares - Favorecimento indevido do interessado em benefício ou detrimento de interesses particulares	1	1	Baixo	Total	1	1	Baixo	- Segregação de Funções; - Controlo de acessos no sistema e registo dos mesmos.
	7. Atribuição de benefícios em troca de vantagens/benefícios	Atribuição (ou promessa de atribuição) de benefícios (pecuniários ou não) em troca da atribuição de vantagens ou benefícios	1	1	Baixo	Total	1	1	Baixo	
	7. Atribuição de benefícios em troca de vantagens/benefícios	Apresentação/aprovação indevida de despesas	1	1	Baixo	Total	1	1	Baixo	
Reporte financeiro	2. Utilização/ Divulgação de informação privilegiada/confidencial	Utilização/divulgação de informação privilegiada e/ou confidencial em detrimento/benefício de interesses específicos ou para benefício próprio ou de terceiro através de: - Omissão/manipulação de informação; - Aproveitamento ilícito de informação confidencial/privilegiada	2	4	Alto	Parcial	1	3	Alto	- Normas consignadas no Código de Conduta; - Regulamento de comunicação de infrações; - Política para a prevenção da corrupção e infrações conexas; - Controlo de acessos restrito/limitado apenas a indivíduos autorizados; - Cláusulas de confidencialidade; - Número restrito de pessoas com acesso a informação privilegiada; - Testes de confrontação de documentos com o submetido no sistema.
Venda, Fusões e Aquisições de Sociedades	3. Favorecimento de entidades externas	Aceitação ou atribuição de benefícios em troca de concessão de vantagens e/ou favorecimento na condução dos processos de venda e/ou aquisição de sociedades através, por exemplo, da omissão/manipulação de informação com o objetivo de condicionar as decisões	2	4	Alto	Parcial	1	3	Alto	- Normas consignadas no Código de Conduta; - Política para a prevenção da corrupção e infrações conexas; - Regulamento de comunicação de infrações; - No âmbito da aquisição de uma entidade é solicitada um conjunto de informações que permite validar a idoneidade do comprador.

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

	3. Favorecimento de entidades externas	Aceitação de favorecimento por parte de entidades externas em troca de concessão de vantagens ou benefícios: - Favorecimento ilícito na escolha de potenciais "fornecedores"	2	3	Alto	Parcial	1	2	Baixo	<ul style="list-style-type: none"> - Normas consignadas no Código de Conduta; - Política para a prevenção da corrupção e infrações conexas; - Regulamento de comunicação de infrações; - Procedimento de seleção e contratação de fornecedores de bens e serviços; - Procedimento de Compras Correntes de Bens e Serviços. - Normas consignadas no Código de Conduta;
Transversal	7. Atribuição de benefícios em troca de vantagens/benefícios	Atribuição (ou promessa de atribuição) de benefícios (pecuniários ou não) em troca da atribuição de vantagens ou benefícios	2	3	Alto	Parcial	1	2	Baixo	<ul style="list-style-type: none"> - Política para a prevenção da corrupção e infrações conexas; - Regulamento de comunicação de infrações.
	7. Atribuição de benefícios em troca de vantagens/benefícios	Atribuição de brindes ou patrocínios em troca de atribuição de vantagens ou benefícios	1	2	Baixo	Parcial	1	1	Baixo	<ul style="list-style-type: none"> - Patrocínios e doações geridos juntamente entre diferentes Áreas. - Normas consignadas no Código de Conduta; - Política para a prevenção da corrupção e infrações conexas;
	7. Atribuição de benefícios em troca de vantagens/benefícios	Atribuição de ofertas ou convites para eventos em troca de atribuição de vantagens ou benefícios	1	3	Alto	Parcial	1	2	Baixo	<ul style="list-style-type: none"> - Regulamento de comunicação de infrações; - Registo de Transparência do Parlamento Europeu; - Patrocínios e doações geridos juntamente com a área de Comunicação e Marca.

Histórico de Versões:

Versão	Aprovação	Data	Comentário
1.0	Conselho de Administração	02-06-2022	Versão Inicial
2.0	Conselho de Administração	15-06-2023	Versão revista - Adaptação da redação à estrutura orgânica atual